



6 DE FEVEREIRO DE 2013

**HIERARQUIA URBANA E NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO NA
METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO**
APRESENTAÇÃO DE LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO E ÉRICA TAVARES



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 6 de fevereiro de 2013

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com as seguintes pautas:

- **Hierarquia urbana e níveis de integração na metrópole do Rio de Janeiro** - apresentação de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Érica Tavares

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Mauro Osorio da Silva, (FND/Universidade Federal do Rio de Janeiro), Eduarda La Rocque (Instituto Pereira Passos), Bruno Jorge Vaz Sasson (Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil), Jailson de Souza e Silva (Observatório de Favelas e UFF), Luiz Martins de Melo (Instituto de Economia da UFRJ), Roberto A. Medronho (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ), Sergio Ferraz Magalhães (Instituto dos Arquitetos do Brasil), Silvia Ramos (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes), Maria Alice Rezende de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), José Marcelo Zacchi (Iets), Maína Celidônio (Instituto Pereira Passos) e Fernando Cavallieri (Instituto Pereira Passos).

O presidente Mauro Osorio abriu a sessão anunciando a agenda das próximas reuniões: em março, um deputado que seria trazido da França por Luiz César de Queiroz a depender de questões orçamentárias; em abril, um debate sobre o papel do conselho; e em maio, uma apresentação de Vicente Nogueira, que assistirá à apresentação do deputado. Mauro saudou a volta da conselheira Silvia Ramos após sua temporada em Portugal.

Introduziu, então, o tema desta reunião, uma apresentação sobre a questão metropolitana de um trabalho realizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Érica Tavares para o Observatório das Metrôpoles.

Luiz César apresentou ao conselho Érica, socióloga, demógrafa e planejadora urbana. Explicou que a apresentação é parte de um trabalho que está sendo desenvolvido.

O desafio mais importante é saber o que é uma metrópole, identificar o que é metropolitano na rede urbana brasileira. Para isso, e para identificar quais são as questões que esse tipo de conformação da rede urbana brasileira coloca como problema, o trabalho mobilizou uma série de fontes de dados, do Censo, fontes econômicas etc. Embora não seja um trabalho específico sobre o Rio de Janeiro, procurou-se identificar o lugar do Rio de Janeiro nessa problemática.

O projeto está sendo desenvolvido desde 1995; é um trabalho comparativo envolvendo 15 metrópoles. Em cada uma delas, um núcleo de professores/pesquisadores, de atores sociais – como pesquisadores de órgãos de governo, como o Iperdes [Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social] e da Prefeitura de Goiânia, por exemplo – desenvolve um trabalho sistemático, comparativo sobre o cenário metropolitano do país.

É um projeto que está conformado no programa do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT), do CNPq, e deve terminar no fim de 2013, depois de cinco anos de funcionamento.

Luiz César apresentou o site do Observatório das Metrôpoles, onde toda a produção acadêmica da instituição, discente/docente, é difundida.

O problema central do desafio metropolitano brasileiro é a orfandade em vários níveis: no político, porque, embora o tema seja considerado relevante do ponto de vista econômico, ambiental, social etc., não há nenhuma mobilização de parte de deputados ou de outras instâncias do sistema político em torno dele. Não é um tema prioritário na agenda pública; no nível acadêmico, porque há um processo de fragmentação do conhecimento sobre a realidade urbana no Brasil, enquanto o tema metropolitano, dada sua complexidade, exige uma visão holística. Não se trata, no caso metropolitano, de uma cidade apenas, e nem é somente uma diferença de tamanho, mas da dinâmica que organiza o território.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Ao mesmo tempo, as intervenções são pensadas cada vez mais fragmentadamente, seja em termos territoriais, chegando a um patamar inframunicipal nos novos modelos de planejamento difundidos no Brasil, seja em termos setoriais, ou seja, pensa-se habitação sem pensar transporte; pensa-se transporte sem pensar emprego etc. Isso corresponde à fragmentação das políticas públicas no país, mantida por toda uma dinâmica política e espelhada no campo acadêmico, que não tem profissionais formados para tratar do problema urbano na escala metropolitana, mas de pedaços do problema metropolitano.

O Observatório das Metrôpoles está tentando travar uma parceria com o CNPq para criar uma área de conhecimento que incentive a produção de conhecimento que atravesse todos esses setores.

O primeiro efeito dessa orfandade é não se saber definir por critérios o que é metropolitano e o que não. Nosso trabalho é uma tentativa de mapear a rede urbana brasileira com alguns critérios, baseados na literatura e nas experiências de outros países.

Não dá para imaginar que se vá compreender um fenômeno metropolitano amazônico da mesma maneira que se entende um fenômeno metropolitano no Sudeste, por exemplo: muda a escala, muda a dinâmica e mudam os atores. Muda uma série de aspectos que são fundamentais, que expressam um pouco a diversidade regional desse país.

O tema metropolitano não é apenas brasileiro, mas mundial. Megacidades surgiram no mundo todo, atravessando a divisão Norte-Sul, Leste-Oeste. A explosão metropolitana hoje se situa nos países periféricos, nos países que estão chegando à etapa da globalização; os países ricos já estabilizaram sua população. O Brasil, assim como a América Latina, se situa em uma posição vantajosa em relação aos outros países periféricos, porque tem uma realidade metropolitana que se combina com uma transição demográfica.

A explosão metropolitana está acontecendo na África e na Ásia; a América Latina ainda tem taxas de crescimento elevadas, mas já não apresenta grande pressão demográfica, que foi muito forte nas décadas de 60, 70, e parte da de 80. Do ponto de vista demográfico, há uma janela de oportunidade pra enfrentar o problema metropolitano sem essa pressão. Essa situação ocorre mais ainda no Brasil que nos outros países da América Latina. O crescimento metropolitano brasileiro já não está mais marcado pela explosão demográfica, porque o país está na segunda transição demográfica.

Nossa urbanização, dadas nossas características econômicas, sociais etc., foi de pronto uma organização por metropolização, ou seja, ao mesmo tempo em que a população urbana cresceu, ela cresceu concentrada em grandes cidades. Essa é uma marca do Brasil e de alguns países latinoamericanos e acontece exatamente no momento em que está ocorrendo a transição demográfica.

Luiz César mostrou as curvas da taxa bruta de natalidade e a da taxa bruta de mortalidade. A natalidade decresce; a mortalidade também decresce: os dois indicadores evidenciam a transição demográfica. É exatamente nesse momento que se dá um intenso processo de urbanização e, ao mesmo tempo, de metropolização. Diferentemente do que houve na Europa, onde a metropolização é uma etapa da formação da rede urbana, do crescimento da cidade, no Brasil o crescimento da cidade se dá juntamente com a metropolização. E isso decorre da explosão da migração desde a década de 50, gerando essa urbanização com metropolização. Hoje o crescimento dessas grandes cidades está estabilizado.

Luiz César mostrou em um mapa a curva de crescimento demográfico entre 2000 e 2010, incluindo áreas com decréscimo de crescimento. As taxas de crescimento ainda são importantes nas periferias das metrôpoles, mas não são nas regiões metropolitanas oficiais. Em direção ao Centro-Oeste e o Norte, a área da expansão da fronteira agrícola, apresenta uma taxa de crescimento elevada. Há, então, uma dualidade: crescimento acelerado nas periferias metropolitanas, embora na média das regiões metropolitanas as taxas sejam pequenas, e crescimento nessas fronteiras, o que, de certa maneira, expressa também a dualidade econômica brasileira. Ou seja, por um lado, há uma tendência à reprimarização da economia, à importância cada vez maior da produção de produtos primários, não só na pauta de exportação, mas na própria formação do PIB; ao mesmo tempo, as grandes cidades ainda crescem em suas periferias.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Já o incremento absoluto de população entre 2000 e 2010 traça um mapa do Brasil diferente: as áreas metropolitanas ainda são as de maior contingente de crescimento. Embora a taxa de crescimento esteja estabilizada, ainda há crescimento absoluto. Essa diferença tem levado uma parte da opinião pública a acreditar que o problema metropolitano possa ser resolvido com a expansão do interior. Isso parece ser verdade a julgar pela taxa de crescimento, que aponta para uma não concentração nas áreas metropolitanas. Mas a análise dos números absolutos deixa claro que elas ainda concentram parte significativa do crescimento demográfico.

A transição demográfica e a reorganização econômica do território, portanto, não estão resolvendo o problema acumulado nas regiões metropolitanas, como muitas vezes a imprensa e parte da opinião pública divulgam.

O paradoxo da sociedade brasileira, que tem uma rede urbana conformada por grandes aglomerações urbanas, metropolitanas, e, ao mesmo tempo, uma presença do tema metropolitano muito fraca na agenda pública, inclui, também, o fato de regiões metropolitanas serem criadas no país com grande velocidade. Atualmente, são 51. Ao mesmo tempo, essas regiões metropolitanas são ficções, pois não existe um sistema de gestão metropolitana, nem um critério que determine que aquele aglomerado mereça ser considerado metropolitano.

Uma possível razão para esse paradoxo é a priorização, desde o governo Lula, de investimentos públicos em regiões metropolitanas. O PAC, por exemplo, sinalizou isso, embora não tenha cumprido, porque não deu conta efetivamente de tratar das necessidades da região metropolitana de forma diferente.

Segundo o estudo, apenas 12 das 51 regiões são efetivamente metropolitanas.

Eduarda La Rocque questiona quem tem o poder de criação das regiões metropolitanas. Luiz César esclareceu que a atribuição cabia ao governo federal até a década de 1970, quando as primeiras foram criadas, mas, desde a Constituição de 1988, são os estados quem definem quais dos aglomerados urbanos de seus territórios serão considerados metropolitanos, sem critérios claros e independentemente de haver uma forma de gerência do território. A formalização das regiões tem que passar pelo Poder Legislativo.

A dificuldade de lidar com planejamento na escala metropolitana é um problema de todos. A literatura que trata das experiências de arranjos metropolitanos as considera todas insatisfatórias. Há experiências que construíram a instância supramunicipal de gestão metropolitana; experiências que vão pela construção de acordos estabilizados legalmente entre municípios e governos supramunicipais; agências de desenvolvimento; há tentativas de construção de arranjos metropolitanos para dar conta da necessidade do planejamento e gestão desses territórios; e até arranjos não institucionalizados que se dão através de políticas setoriais.

O caso do SUS é um caso promissor. Foi, até um determinado momento, de uma política que se orientava por uma cooperação, no plano da política, entre níveis de governo. A educação básica também é uma experiência. São exemplos de como se tem resolvido – se é que se tem resolvido – as necessidades de gestão metropolitana, mais por arranjos intergovernamentais, não institucionalizados na forma de um ente.

Recentemente, foi criado o consórcio público, uma promessa interessante, porque resolve do ponto de vista institucional e legal, uma série de dificuldades para esses arranjos institucionalizados funcionarem, como fazer fundos de gestão intergovernamental de problemas comuns, o que era complicado porque o governante não pode simplesmente tirar dinheiro do seu caixa e dar dinheiro pra outro governo para resolver o problema sem o amparo legal que cria uma estabilidade, uma legalidade. A nova figura é promissora. Cria o estatuto jurídico para esse ente, consórcio público municipal, e permite que essas relações se estabeleçam de maneira legal e estabilizada no tempo.

O grande problema é que isso não resolve completamente o desafio da gestão metropolitana: primeiro, porque são, na maioria das vezes, consórcios setoriais, que resolvem questões setoriais, mas não se consegue criar uma política metropolitana setor a setor; depois, as experiências de consórcios ainda não estão vingando porque muitos desses arranjos implicam investimento de médio e longo prazo e nenhum prefeito ou governador vai fazer um investimento de sistema de transporte, por exemplo, para os próximos 10 anos, porque ele vai querer utilizar o dinheiro dentro da estratégia política dele. Há, então, uma dificuldade que tem a ver com a não existência de incentivos que permitam ultrapassar essa tendência ao curto prazo. E nenhum tipo de problema metropolitano



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

pode se resumir em quatro anos de trabalho apenas; em quatro anos de trabalho a gente não resolve o problema de transporte no Rio de Janeiro: tem que ter um acordo em torno de 10, 12 anos pelo menos.

Então, embora o consórcio seja uma grande promessa para a resolução de problemas legais e institucionais, uma grande solução para que essa cooperação ganhe uma estabilidade e crie uma autoridade pública que possa receber dinheiro dos entes cooperantes e gerir esse dinheiro em nome deles, por outro lado, há o limite setorial e o da necessidade de esse arranjo tratar de políticas de médio e longo prazo, enquanto a dinâmica política não funciona no médio/longo prazo. Faltam, portanto, incentivos seletivos para que esse bloqueio seja favorecido.

Por isso o PAC podia ter sido uma boa promessa, porque era a ideia de investimentos de médio e longo prazo; esses investimentos poderiam funcionar como instrumento, como mecanismo, como incentivo seletivo, mas não foi isso que aconteceu. Na maioria dos lugares, tem-se o PAC do governo do estado e o PAC dos governos estaduais, na mesma metrópole, e no mesmo tema.

Qual é então o desafio metropolitano central? Os sistemas de governança das áreas metropolitanas são mais complicados em sistemas políticos federativos, mas também ainda não foram resolvidos em sistemas políticos centralizados como a França, onde a soberania do governo tem poder para alavancar, impor, trazer os governos subnacionais.

Por um lado, as metrópoles no mundo todo são hoje os espaços de relevância econômica, mesmo na globalização, contrariamente às visões que prevaleceram na década de 1980 e parte da de 1990, baseadas na interpretação dos efeitos da revolução das comunicações e do efeito da revolução dos transportes, que as grandes cidades do mundo trazem na sua essência inexorável, porque os circuitos econômicos poderiam se estabelecer em qualquer lugar do mundo: estariam conectados pelo sistema de comunicação ou pelo sistema de transporte com os custos cada vez mais decrescentes. Isso levou muitos governos a investirem em distritos industriais no mundo, que se tornaram verdadeiros elefantes brancos.

Isso mostra balanço econômico porque, na verdade, os territórios economicamente relevantes são as metrópoles; é nas metrópoles que os circuitos econômicos encontram as economias de aglomeração necessárias para a realização de sua atividade, mesmo considerando a crescente desterritorialização dos processos econômicos. Uma fábrica de motocicleta bem sucedida estabelecida no Brasil fabrica uma parte das peças no interior da China, as leva até Xangai, as exporta até Manaus e lá as adiciona a outras peças para montá-las e vendê-las em São Paulo. Em São Paulo está a atividade comercial, a atividade financeira, a atividade gerencial. Assim, a desterritorialização do setor econômico não eliminou a importância das metrópoles como espaço econômico relevante, mas deu a ela outra função, não apenas a de ser o lugar da produção, mas a de ser o lugar da direção econômica, do comando, da articulação dos circuitos, tanto na sua dimensão diretamente econômica, como na sua dimensão política.

Nos países mais globalizados, as regiões metropolitanas têm um papel importantíssimo. Uma estatística recente mostra que a crise atual está atingindo de maneira global muitos países, mas atua diferente nas metrópoles, onde o dinamismo econômico não é exatamente o mesmo do país porque tem uma atividade econômica que não está só ancorada naquele território. Muitos autores falam na era das metrópoles, como sendo um espaço relevante do ponto de vista econômico e, ao mesmo tempo, locais que têm a maior concentração de desafios societários.

Todos os desafios societários passam hoje pela questão metropolitana: a violência; a questão ambiental (porque quem produz a necessidade do tipo de exploração predatória da natureza são os padrões de consumo que estão colocados na metrópole, sem contar os problemas ambientais propriamente gerados pela metrópole). No entanto, são espaços atrofiados politicamente.

Como se casa o território econômico e socialmente relevante que não se constitui como espaços da política, que não conseguem gerar uma dinâmica política própria? A dinâmica política em si de uma metrópole ou é global ou interlocal, podendo ser na escala municipal ou mesmo na escala inframunicipal. A política organizada no território metropolitano pode gerar dinâmica de política própria, atores políticos.

Esse é o problema que se coloca: dar a esses territórios relevantes economicamente e importantes do ponto de vista societário uma capacidade de governança, uma capacidade de serem governados. Isso não quer dizer que esses territórios não sejam governados, estejam à deriva. Eles continuam tendo uma governabilidade, embora não



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

na escala necessária. Muitos pedaços do território são altamente governados, mas isso não quer dizer que o território metropolitano, no seu conjunto, tenha capacidade de gerar ações de governança.

A questão do desafio metropolitano é, no Brasil e no resto do mundo, saber como dotar esse território de uma capacidade política, como superar a atrofia política. Para isso, o ponto central é, qualquer que seja o arranjo, construir uma autoridade pública sobre a metrópole. Pode ser uma agência de desenvolvimento, uma instância nova de governo, arranjos institucionalizados, intergovernamentais. Qualquer que seja o arranjo, ele tem que estar investido da capacidade que tem uma autoridade pública de agir sobre o território. E o problema da construção dessa autoridade pública são as dificuldades das próprias metrópoles: como elas se organizam, como funcionam, suas dinâmicas de funcionamento. O ponto central para se pensar de maneira concreta como transformar esses territórios em territórios políticos passa pelo desafio de construir uma autoridade pública sobre esse território.

Quais são os problemas centrais que dificultam a construção dessa autoridade pública nesse território? Para ser uma autoridade pública, um dos elementos centrais e relevantes nesse momento é: não existe autoridade pública sem legitimidade. Uma das razões do não funcionamento daquilo que foi criado anteriormente, na década de 1970, para a gestão metropolitana era exatamente a ausência de legitimidade dessa autoridade frente à sociedade, ao sistema político e aos atores da economia. Para haver autoridade pública pelo menos esse elemento tem que ter: legitimidade.

Essa legitimidade precisa ter pelo menos três dimensões. Primeiro, uma legitimidade funcional, ou seja, ela tem que se constituir dentro de um território que tenha um sentido funcional como território de unidade, ou ela terá um déficit de autoridade. Isso é complicado, porque muitas vezes essa dimensão da definição funcional do território metropolitano pode ser diferente de acordo com o problema para o qual se quer pensar a questão da autoridade pública. Por exemplo, uma autoridade pública do ponto de vista da questão ambiental da região metropolitana vai ter um território com uma unidade funcional; já do ponto de vista da economia, do mercado de trabalho ou da estrutura produtiva, a definição do que é um território funcional metropolitano não será a mesma.

Outra dificuldade é concepção do que é metropolitano. Acostumou-se a pensar metropolitano como uma grande cidade, pensamento muito tributário da visão de metrópole como um fenômeno de conurbação. Se isso tinha sentido no passado, hoje não tem mais. Na nova economia, a metrópole tem uma função de comando, de coordenação de circuitos econômicos e de direção de dinâmicas políticas. Não é a conurbação que define a metrópole, mas sua capacidade como aglomerado urbano de ser um centro de poder econômico e do poder político. Por isso, Manaus é metrópole. Manaus polariza o território na escala amazônica, assim como Belém.

O primeiro problema é, assim, a tradição de se pensar em metropolitana apenas como conurbação. O segundo é: qual território está integrado a essa dinâmica polarizadora? Isso também não é evidente. Se os municípios identificados como integrantes reais do polo metropolitano forem de fato integrados, espera-se uma convergência de interesses econômicos, políticos, e até sociais. O mesmo não vai acontecer se a definição for arbitrária, e a composição da região metropolitana incluir um território que não tem ou tem pouco a ver com a dinâmica efetiva que organiza aquele território.

Não há critérios pra isso. E, no entanto, definir esse território é importante pra dotá-lo dessa legitimidade funcional, fazer corresponder o território da autoridade pública com o território funcional, território de fato constituído com essa função metropolitana, integrado por dinâmicas de inter-relacionamento desses municípios.

A segunda dimensão é a legitimidade social. Se essa autoridade pública tiver pouco a ver com a sociedade, não conseguir estabelecer sua base de legitimidade por ações de integração dessa sociedade que está organizada no território, evidentemente, também será uma autoridade com baixa legitimidade social. Ninguém vai se identificar com uma autoridade que pouco fala dos problemas que atingem de maneira diferente o conjunto da população que está naquele território. Essa autoridade não pode ser um artefato técnico apenas, tem que ter alguma ressonância com representações, com identidades coletivas existentes num determinado território, como se supõe que o governo municipal tenha. Muitas das experiências fracassam porque são criadas ficções que nada têm a ver com as formas pelas quais a sociedade identifica o que é o aglomerado unificado. O carnaval carioca, por exemplo, às vezes é de Nilópolis, de São João de Meriti, São Gonçalo. Ele é uma dimensão que cria uma certa identidade, mas essa identidade está restrita a essa experiência social.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

A terceira dimensão da legitimidade é a política, ou seja, a inscrição de um território investido de uma autoridade política em um sistema político que já existe. Um dos problemas mais evidentes aqui é o pacto federativo, sua natureza e história. Não se trata de pensar como se estabelecem padrões de intervenção pública que garantam direitos a todos, independentemente do lugar que ele ocupa no território nacional, como é o conceito germânico. O pacto alemão parte do princípio de que todo cidadão que está em território alemão tem direito a uma determinada cesta de direitos: se um município não pode conceder determinado direito, cabe a outro ente governamental fazê-lo. Nosso pacto federativo é diferente: ele foi construído para construir a modernidade conservadora do país, ou seja, integrar as oligarquias regionais com um sistema de poder moderno burguês, mantendo esses poderes regionais. Hoje isso cobra uma grande conta na repactuação de quais são as funções públicas do governo estadual e do governo municipal, e em como resolver essa armadura de atribuições, competências e poderes nesse novo território que é o território metropolitano.

É um problema complicado porque quem tem que discutir o pacto federativo são aqueles que estão inseridos nele. Não é só uma questão só metropolitana. A questão da segurança pública do país também implica repensar o pacto federativo, por exemplo.

Outro problema ainda mais complicado é nosso sistema político que, não obstante a modernização e industrialização é um sistema localista, um sistema que vive de uma articulação entre a representação política e clientelas que se organizam de maneira territorial.

Luiz César disse que é possível traçar uma geografia social do voto para deputado nas regiões metropolitanas e descobrir se há uma dispersão dos votos entre municípios. Ele disse que a hipótese do trabalho era a de que a urbanização e a modernização cultural levariam a um deputado universalista, a um deputado que não representa uma clientela específica, municipal ou inframunicipal. Encontraram, porém, um padrão a que chamam de “nordestino” por sua semelhança com a visão do coronelismo. São oligarquias que se constituem no plano municipal e inframunicipal. A repartição é quase 50/50, ou seja, 50% dos deputados são oriundos de territórios bem delimitados, e isso se traduz no formato do exercício do mandato.

Em uma estrutura de representação tão fragmentada quanto um pedaço do município, ele tem muito mais vocação a representar interesses específicos, setoriais, territoriais. Já as políticas metropolitanas, para serem eficientes e legítimas, têm que ser provedoras de bens públicos, beneficiar a todos sem beneficiar a ninguém em particular.

Como casar esse sistema político de representação com a necessidade de construir essa autoridade pública com legitimidade que tem que passar pela política? Há algumas ideias de se construir um distrito eleitoral na região metropolitana, mas como construir essa autoridade pública dotando-lhe também da legitimidade política, que passa necessariamente pela inscrição da representação da metrópole pela política? E a representação política não está direcionada, dinamizada, condicionada pela necessidade que está colocada na escala metropolitana.

Sílvia Ramos questionou sobre a existência do tipo de experiências em países distantes. Luiz César contou sobre o caso da Itália, que tentou compatibilizar a maneira como o político cria sua geografia e a necessidade de gerar uma representação do território.

O Brasil tem, em 19 estados, 51 regiões metropolitanas, três Rides (Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico Social) que são esses arranjos interestaduais para se criar o território de planejamento na escala urbana e regional: Brasília é um exemplo; as outras são Petrolina-Juazeiro e Teresina-Timon. Usando a visão que considera a metrópole segundo sua capacidade de polarização, o IBGE identificou 12 aglomerados urbanos por regiões metropolitanas em escala global. Um trabalho anterior havia encontrado 15.

Eduarda La Rocque perguntou se alguém tinha dúvida sobre o que era a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mauro Osorio levantou a questão do plano de construção do arco metropolitano, que poderia provocar a incorporação de Mangaratiba e Cachoeira de Macacu à RMRJ, que, então, passaria a integrar 21 municípios. Luiz César disse que o Rio tem situação diferenciada por se tratar de um estado metropolitano, diferentemente do que acontece em São Paulo. Mauro Osorio lembrou o fato de o Rio ter convivido com duas institucionalidades até 1974 [em 1975 foi extinto o estado da Guanabara, cujo território corresponde ao território do atual município do Rio], a cidade do Rio de Janeiro e “a velha província” (o estado do Rio).



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O Rio de Janeiro tem cinco regiões metropolitanas, fictícias ou não. Já São Paulo está sendo chamada de macrometrópole, porque a configuração urbana não se dá mais na escala da cidade. Uma cidade-região não é só o fato de ser grande, mas tem uma dinâmica de organização diferente da própria realidade metropolitana, porque é marcada simultaneamente por um processo de concentração e dispersão, ou seja, os circuitos econômicos se dispersam no território mas se integram por vias de comunicação, transporte, etc. Isso tem um efeito social extremamente importante porque será um território econômico em uma escala de 150 quilômetros de raio com um mercado de trabalho que não consegue alcançar uma mobilidade na mesma escala. A economia não se organiza mais na escala urbana, mas regional, e o mercado de trabalho em si tem dificuldade de acompanhar essa nova escala. No caso brasileiro, isso é agravado pelas dificuldades do sistema de transporte público organizador do território. A tendência disso é criar uma forte segmentação no mercado de trabalho, e com um enorme efeito sobre as diferenças de rendimento das pessoas.

Luiz Martins citou a situação da região de Londres, que tem cerca de 25% da população da Inglaterra – e talvez na mesma proporção quanto à participação do PIB. O mesmo ocorre com Buenos Aires, e São Paulo. Então, do ponto de vista de região-cidade em formação, o impacto do país é o mesmo. A Alemanha é muito diversificada: nem Berlim, nem Frankfurt, nem as grandes cidades têm um impacto como têm na Inglaterra, na França, na Argentina e em outros lugares. O Brasil é mais espalhado: tem São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc. Luiz César respondeu que o fato tem dois lados: A experiência europeia apresentou insucesso em termos de criação de instituições metropolitanas; por outro, conseguiu mobilização. O fundamento desse fato está relacionado à logística. As grandes metrópoles competem entre si: Paris compete com Londres; Paris compete com Frankfurt. Os empresários não podem achar que estão isolados. Pode haver uma deseconomia de aglomeração por entropia e todo mundo ir para Frankfurt, por exemplo. O próprio mercado se mobiliza. A experiência de Paris é interessante porque vem de baixo pra cima: do sistema político propriamente dito, mas está dialogando com os empresários.

O arranjo brasileiro dificulta a disputa entre os lugares, algo já não muito saudável, mas melhor que o extremo do monopólio. Toda vez que São Paulo está ameaçada de se decompor em sua unidade, um plano regional evita que isso ocorra. Há uma mobilização enorme das elites locais pra fazer um planejamento territorial, tentando fazer uma coordenação de Campinas com São Paulo, com Santos, com Piracicaba, para não deixar um território se conformar de maneira desintegrada. Se houvesse uma maior competição entre Rio de Janeiro e São Paulo, talvez o Rio se mobilizasse também, mas o peso de São Paulo é tão grande, que é melhor pegar a ponte aérea do que ficar preocupado aqui em criar economias de aglomeração mais saudáveis e eficientes.

Mauro Osorio considerou que ter duas metrópoles como uma grande megalópole sem uma visão política pode transformar o Rio de Janeiro em um subúrbio de São Paulo. Luiz César deu um exemplo de diferença de dinâmica entre as duas cidades: o centro de convenções do Rio de Janeiro está na Barra da Tijuca, um lugar completamente difícil de circulação de pessoas. São Paulo tem a preocupação de colocar os centros de negócio perto dos aeroportos. Mauro Osorio lembrou que a proposta de Lúcio Costa era fazer da Barra um novo centro.

Luiz César explicou que, no caso brasileiro, a dificuldade das metrópoles está no espaço continental do país. Por outro lado, a rede urbana é muito mais complexa que a da maioria dos países latinoamericanos, com exceção do México. Chile, Uruguai, Argentina e Peru têm uma rede urbana macrocefálica. É mais fácil quando se tem uma rede diversificada. Uma única metrópole articula o território e seus circuitos econômicos. No Brasil, um empresário que quer abrir um negócio, vai primeiro para São Paulo, só depois pensa em outros lugares.

Luiz Martins citou um trabalho que trata da concentração e da dispersão metropolitana. O autor conclui que há um grande fluxo de população para Nova York e Los Angeles. O que caracteriza a questão metropolitana brasileira é a fragmentação do território. No Rio de Janeiro a fragmentação vem da elite dominante, que nunca foi industrial, sempre foi imobiliária e, a partir de um determinado momento, dos empresários de transporte privado. São Paulo, como tem uma elite industrial, produtiva, tem uma preocupação maior com a não fragmentação. É uma questão política. Assim como a reforma política no Brasil não deve passar, porque, se um representante está eleito pelo sistema vigente não vai querer mudar esse sistema. Para dar legitimidade a uma autoridade pública da região metropolitana, é preciso eliminar o prefeito e o governador. Ou seja, isso não vai acontecer. Se essa autoridade da região metropolitana no Rio não tiver essas três funções, legitimidade funcional, social e política, não tem função. É mais complicado ainda porque não está definida de quem é a responsabilidade do saneamento, do transporte, do SUS. Não há um estado unitário nem federativo, com a tradição de cooperação alemã, nem um estado federativo como é nos Estados Unidos (na configuração americana, o pacto federativo é o município; nem se sabe



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

quem é o governador do estado; o que interessa é o prefeito, como o de Nova York). Nossa institucionalidade é mais prejudicial a esse tipo de autoridade. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os prefeitos não decidem sobre o metrô, mas o governador do estado. O mesmo para a companhia de águas. Esse desenho cria um conflito político-institucional na própria definição do pacto federativo. Como inserir uma nova autoridade nessa confusão? Jailson Silva questionou por que o governador do Rio de Janeiro, que tem 80% de sua população concentrada na região metropolitana, não incorpora essa questão para si. Luiz César explicou que os municípios são autônomos, mas não o suficiente, porque são frágeis economicamente. Assim, é mais provável que a autoridade local se submeta às relações de clientelismo. O município é forte juridicamente, mas não em termos de capacidade real de poder e de liderança. Por isso, vê na obrigação de se submeter a essas relações hierárquicas. Quem tem o poder não tem interesse de colocar coisas em outro território que não sejam de sua aliança. Assim, não se cria na municipalidade brasileira uma dinâmica capaz de gerar um ator que tenha capacidade de barganha com quem está no poder, de modo que é mais fácil para o governador fazer uma política de submissão do que de negociação. Isso rende muito mais dividendos, mas não se dá em favor de uma política metropolitana. Sérgio Magalhães insiste em questionar por que governo eleito pelo voto do estado não enfrenta a questão dos transportes, resgatando o sistema sobre trilhos, que está abandonado há décadas. Luiz Martins disse que o governo não intervém na questão porque seu poder não vem da população das áreas prejudicadas, mas das empresas de ônibus, que elegem a Assembleia Legislativa. Mauro Osorio acrescentou à discussão o fato de o arco metropolitano ainda não ter sido construído. Mauro Osorio explicou que a questão não se coloca por interesses econômicos, dada a estrutura política fragmentada. Luiz Martins considerou que isso se dá justamente porque o interesse da construção civil e das empresas de ônibus não é integrar nada, é fragmentar. Mauro Osorio citou, para endossar a explicação pela lógica política da fragmentação e do clientelismo, que a ordem de instalações de delegacias legais no interior fluminense não apresentou racionalidade, prevalecendo muitas vezes a proximidade política entre o prefeito e o Governo do Estado. Luiz Martins achou que o exemplo responde ao interesse localista, não ao de integração. Bruno Sasson complementou dizendo que, por esse fato, não se consegue integrar o orçamento do estado, porque ele não é visto regionalizado.

Luiz César e Érica Tavares mostraram as 51 regiões metropolitanas criadas em território brasileiro e os aglomerados urbanos com funções metropolitanas, identificados de acordo com o papel da grande cidade na economia. Nota-se, por exemplo, um mercado de trabalho pujante entre Goiânia e Brasília.

Fernando Cavallieri questionou se, dentro desse conceito, poderiam se enquadrar duas regiões de estados diferentes para além das Rides, se haveria um fenômeno metropolitano abordado pelo conceito respeitava os limites administrativos. Luiz César disse que o trabalho fez testes a partir da definição oficial. E esclareceu que uma metrópole que abranja dois estados diferentes não teria o nome de metrópole. Cavallieri lembrou a proposição de um novo conceito nos anos 1970 formado pela integração entre Rio e São Paulo. Luiz César respondeu que a questão da megamegalópole Rio-São Paulo ainda provoca polêmica: há quem acredite e há quem conteste essa integração econômica. Não há dados suficientemente sólidos para afirmar uma coisa ou outra, não há informações sobre a circulação das pessoas e mercadorias, bens, serviços, etc. Nossa estatística econômica, ao contrário da demográfica, hoje é muito frágil; a prática do censo econômico foi abandonada. Não se consegue desagregar a informação para fazer esse tipo de análise, por falta de informações censitárias. Apenas informações cadastrais não permitem realizar bons trabalhos em termos de desagregação. Jailson Silva ponderou sobre o fato de Rio e São Paulo terem uma população que ultrapassa os seis milhões, enquanto as outras metrópoles tendem a se estabilizar em torno de dois a três milhões. Luiz César contra-argumentou que é possível acontecer uma aglomeração de aglomerados urbanos já metropolizados. Os novos arranjos urbanos/regionais que não conformam metrópole, são conurbações. No Nordeste há uma tendência forte de Natal se misturar com Fortaleza, e chegar até Recife, por força de uma atividade econômica muito específica na organização do território, que é o turismo. O turismo está se espraiando por essas cidades, gerando uma certa integração entre elas. O mesmo está acontecendo em torno de Salvador, Brasília e Goiânia, onde há uma tendência a uma certa integração físico-demográfica entre esses territórios, conformando uma certa conurbação nova, mas que não cria, na verdade, uma conurbação com força política. Jailson Silva questionou se a explosão econômica do Nordeste está provocando uma nova migração localizada. Luiz César respondeu que a migração hoje é a de curta distância, migração urbano/urbano, migração que se dá na escala regional. O crescimento das grandes aglomerações urbanas é o crescimento da própria população, com baixa participação do fator migração, com exceção do interior da própria metrópole.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Érica Tavares mostrou o estudo que o Observatório fez para atualizar um estudo anterior, com elementos sobre a metrópole do Rio de Janeiro. Os dados contrapõem o quadro metropolitano oficial. A cada semana, surgia uma nova região metropolitana. Por isso o levantamento do trabalho com a data limite de 30 de agosto de 2012, com 945 municípios em 59 unidades, e cinco aglomerações urbanas, além das 51 RMs e as três RIDEs. O trabalho tentou identificar quais desses municípios efetivamente têm um caráter metropolitano e que nível de integração com a dinâmica da metropolização na escala nacional eles apresentam. Os indicadores usados foram população, crescimento, urbanização, percentual de ocupados em trabalho não agrícola, densidade demográfica dos setores censitários urbanos, PIB do município, rendimento, massa de rendimento total das pessoas residentes, informações sobre movimento pendular, uma das variáveis-chave na definição de integração entre os municípios metropolitanos.

Para se identificar o que é o núcleo metropolitano, usou-se a capital, quando havia, ou para dar conta da diversidade, a definição de rede urbana e hierarquia do IBGE, de Regic (Regiões de Influência das Cidades). No caso de dois municípios com o mesmo nível, o de maior população foi considerado núcleo.

Identificaram-se *clusters*, ou seja, municípios em uma mancha contínua na escala nacional, não na regional. Há, então, municípios com média integração no Rio, mas com média integração em São Paulo. O cluster não é necessariamente espacial. Utilizou-se a análise de componentes principais para identificar as relações existentes entre as variáveis reduzidas a dois eixos. Identificaram-se, então, como os municípios formam agrupamentos hierárquicos segundo características internas mais homogêneas em cada grupo e heterogêneas entre si. Depois de vários testes, chegou-se a sete agrupamentos de municípios dos 945. São Paulo e Rio de Janeiro são que mais se destacam praticamente em todos os indicadores.

Uma novidade desse estudo foi identificar um grupo de municípios que foram chamados que extensão dos polos, que só aparecem nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife. São municípios altamente integrados, principalmente pela participação daqueles indicadores e pela intensidade do movimento pendular entre os municípios e as regiões metropolitanas.

A leitura dos níveis de integração contempla a dinâmica metropolitana nacional. Todos os municípios dessas 59 unidades foram colocados juntos na análise. É um olhar comparativo da região metropolitana no país, evidenciando quais municípios de uma determinada RM são realmente metropolitanos e como se encontram na dinâmica metropolitana nacional.

O primeiro nível identificado foram os polos, separados previamente. O segundo nível estaria na extensão dos polos. E um terceiro nível de municípios com integração muito alta também foram selecionados. Esses três grupos praticamente se concentram nas unidades de natureza metropolitana, nas 12 do Regic. O nível médio está presente tanto em unidades metropolitanas quanto em unidades não metropolitanas, estão em uma escala intermediária de inserção do processo de metropolização, e muitos casos constituem os vetores de expansão desses aglomerados. Já os níveis de integração baixo e muito baixo, que são 508 dos 945, estão mais presentes em aglomerações não metropolitanas, com uma inserção muito tênue no processo de metropolização.

O Rio de Janeiro tem função de metrópole nacional, depois de São Paulo, que tem a função de grande metrópole nacional. Tanto São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília têm o que denominaram de redes de primeiro nível, na articulação com todo o território nacional. É uma classificação baseada em informações sobre linhas de transportes regulares e o fato de se constituir nos principais destinos para obter produtos e serviços.

Mauro Osorio disse acreditar que a influência nacional do Rio de Janeiro está no fato de ter sido capital e ainda ter instituições como o BNDES, as telecomunicações, a Vale, o INPI, o Inmetro, ou seja, parte das âncoras nacionais. Érica esclareceu que a definição do estudo se baseia em informações de gestão do território e gestão empresarial. O estudo considera os 12 principais nós, mas não bate um com o outro; é a predominância sobre uma determinada região que conta. Então, pode-se dizer que Vitória, por exemplo, tem mais influência do Rio que de São Paulo. Os dois não se sobrepõem. A influência de um sobre outro dará a hierarquia dos níveis e as redes de influência. Jailson Souza lembrou que São Paulo e Rio têm tradição de influência e considerou que deve-se reconhecer essa dimensão, que é apenas territorial, pela via de conurbação, mas que é igualmente intensa. Faltou mostrar a influência mútua entre essas cidades.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Érica Tavares mostrou que o Rio de Janeiro é uma das áreas de concentração de população mais proeminente no território brasileiro. Vinte municípios foram considerados para a região metropolitana: Mangaratiba, porque faz parte da área de concentração de população, foi incluída.

O Rio de Janeiro é a metrópole mais integrada do país, considerando os indicadores usados. Integrada no sentido das relações de dependência, inclusive. É a única metrópole que vai até o médio, não tem presença de municípios com integração baixa, nem muito baixa. São Paulo tem um ou dois municípios. O Rio seria uma expressão da intensidade das relações, principalmente pelo movimento pendular.

Luiz César concluiu que se se acabasse com os municípios, haveria uma cidade-município com uma unidade funcional forte. Ainda que a funcionalidade se dê por hierarquia, por dominação, está integrada.

Érica mostrou indicadores do Rio: o polo metropolitano concentra 53% da população da região no município do Rio, mas tem uma concentração maior do PIB e da renda, em torno de 68%, 69%. Há um baixíssimo crescimento populacional, de 0,76%, mas com uma densidade demográfica muito alta, maior que em outros agrupamentos de municípios. Há 100% de urbanização, quase 100% de ocupações não agrícolas; e o município que concentra o maior percentual de entrada de pessoas para trabalho e estudo, com uma taxa de saída muito reduzida. A polaridade de atração é muito mais proeminente.

O grupo da extensão dos polos ficou muito separado dos demais. No Rio de Janeiro são sete: municípios da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo. São municípios com altíssima integração. São denominados extensão dos polos porque, apesar da diversidade social e econômica, têm acompanhado algumas tendências do núcleo, sendo os que mais revelam essa integração, pelo movimento pendular.

Mauro Osorio notou que nesses municípios existe provavelmente maior facilidade de transporte. E que 743.500 pessoas entram no município do Rio para trabalhar e 137 mil estão no Rio e trabalham em outro lugar. A Linha Vermelha às 18h, 19h tem um engarrafamento igual chegando ou saindo do Rio. Ele expressou a hipótese de que o morador do Rio que trabalha fora do município ser assalariado de nível superior, que vai trabalhar de carro; o trabalhador da Baixada, diferentemente, usaria ônibus, moto ou trem. Jailson disse imaginar a migração de classe média concentrada basicamente para Niterói; esse fluxo provocaria o engarrafamento da Linha Vermelha. Mauro contestou a análise, já que pouca gente de classe média de Niterói trabalha na Baixada. Sérgio Magalhães observou que a relação entre centro e polos não é necessariamente ruim, mas essencial para a própria definição de um centro. Mauro Osorio contestou, alegando que em São Paulo o número é menor e que o elevado número de pessoas se deveria ao fato da Baixada Fluminense ter pouca densidade produtiva e permanecer basicamente como dormitório. Érica Tavares disse que no Rio de Janeiro tem aumentado a quantidade de moradores da periferia que trabalham na própria periferia. Mauro Osorio considerou que, contando apenas o trabalho formal, isso não seria verdade. A periferia da RMRJ só apresenta maior densidade de ocupação quando contamos a informal. Ou seja, na falta de recursos para transporte e de emprego formal de qualidade no próprio município em que o cidadão mora, a alternativa é atuar em bicos no próprio local de moradia.

Érica Tavares disse que a periferia tem não só retido mais pessoas para trabalho, mas inclusive atraído também pessoas. Os fluxos na própria periferia pendular também são muito intensos. Quando se compara por condições de escolaridade e rendimento, nota-se que quem vem para o Rio apresenta maiores rendimentos e maior nível de escolaridade do que quem fica. Além disso, essa dinâmica entre os municípios aumentou quando se comparam dados de movimento pendular em migração de 1980, 2000 e 2010 – em 91, não teve pendular.

Na extensão do polo, a taxa de entrada já é quase semelhante à do Rio. Esses municípios conjugam uma posição de receptores e evasores.

Luiz César disse considerar a Zona Oeste uma região metropolitana, porque, especialmente, é menos central do que Caxias ou Niterói. Érica Tavares comentou que o trabalho, no entanto, não considerou os movimentos intramunicipais, intraurbanos.

Mauro Osorio sugeriu comparar a renda per capita dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, excetuando Mangaratiba, com a da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que também possui uma renda per capita baixa. Os municípios da RM têm pouca atividade econômica e grande população, o que faz cair a renda per



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

capita. Um ranking entre as três metrópoles de maior população mostra uma situação muito distinta entre São Paulo, Belo Horizonte e Rio em relação à quantidade de emprego formal, com carteira e ao número de habitantes. Nesse caso, o Rio de Janeiro tem uma densidade muito menor do que a de São Paulo e a de Belo Horizonte. Portanto, as relações intramunicípio também devem ser muito menores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que na de São Paulo e na de Belo Horizonte. Érica Tavares concordou que o aumento da retenção de trabalho na periferia geralmente é devido a um trabalho mais fragilizado. As pesquisas qualitativas identificaram justamente uma preferência pelo não enfrentamento do trânsito. Fatores como a idade influenciam: os jovens têm uma tendência muito maior ao movimento pendular, enquanto entre a população mais envelhecida, a tendência é ficar no próprio município.

O polo e a extensão do polo são os municípios com maior proeminência. Têm muito alta, alta e média integração. Os de muito alta são: Itaguaí, Itaboraí, Queimados e Magé. A partir deles, a participação de população, PIB e renda é mais reduzida em relação aos outros grupos, mas o crescimento populacional é maior. Os municípios com menor integração - embora o Rio seja uma RM muito integrada - têm experimentado maior expansão, que se chama de dispersão populacional.

Há uma linha muito tênue entre os grupos de alta e média integração. Identificamos que, no Rio, esses municípios formam um grupo muito parecido. Nota-se que a participação de população, PIB e renda é mais alta nos municípios de alta integração, mas não a densidade. As taxas de movimento pendular também são mais altas nos de média integração.

O Rio vai só até o nível médio de integração. Em São Paulo temos uma região que a Emplasa denomina de macrometrópole.

No Rio, a mobilidade entre o núcleo e a periferia é elevada. O polo não recebe muitas pessoas da metrópole. O maior percentual é de pessoas de outros estados (números entre 2005 e 2010). Os valores são mais elevados para quem sai do núcleo para a periferia que o contrário ou dentro da periferia (mudança de residência). Nota-se que o movimento do núcleo para a periferia ainda é significativo, mas reduziu desde os anos 1990.

Mauro Osorio expressou o fato de que muitas vezes a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro trabalha a cidade como uma ilha. É importante pensar a cidade como um local de comando de uma economia regional, que deve buscar seu adensamento, diversificação e endogenia. A cidade do Rio de Janeiro pode ser o local de comando dessa economia regional. A cidade do Rio tem a responsabilidade de liderar a região. Eduarda La Rocque considerou que a melhor governança seria a liderança da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. Sérgio Magalhães colocou que o Rio tem um histórico de autonomia, mesmo depois de se tornar município, além de ter maior concentração e centralidade que os demais estados. Mauro Osorio lembrou que alguns prefeitos acentuaram o isolamento da cidade. Eduarda lembrou que o setor da saúde já tem um órgão integrador legítimo, mas o mesmo não acontece nos transportes e em infraestrutura urbana. Sérgio Magalhães disse que a relação periferia-núcleo se enfraquece no Rio por conta do abandono da Zona Norte.

Mauro Osorio agradeceu aos conselheiros e aos demais convidados e encerrou a reunião. A Secretária Executiva Daniela Góes tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2013



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESDEC